

PEDAGOGIA DOMASCULINOCÊNTRICA: andrografias de um processo com homens autores de violência doméstica na baixada fluminense

MALE-CENTERED PEDAGOGY: andrographies of a process with men who are perpetrators of domestic violence in the lower fluminense region

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva¹

Eliezer Gonçalves Cordeiro²

RESUMO: Este artigo investiga o perfil sociodemográfico de Homens Autores de Violência Doméstica (HAV) por meio da análise gráfica de seus registros cadastrais em um grupo educativo. Utilizando dados de fichas de atendimento de um grupo de educação na Baixada Fluminense, aplicamos técnicas de visualização de dados para mapear variáveis como faixa etária, escolaridade, ocupação profissional, vínculo conjugal e histórico de violência. Os resultados preliminares revelam padrões na constituição desses sujeitos, com predominância de homens entre 30-45 anos, baixa escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho. A análise gráfica demonstra correlações entre ciclos de violência intergeracional e reincidência, além de expor contradições entre o discurso de provedor familiar e a realidade socioeconômica. Propomos que esta abordagem metodológica que denominamos andrografia quantitativa ofereça subsídios cruciais para desnaturalizar estereótipos sobre violência doméstica; orientar políticas públicas específicas; e fundamentar intervenções educativas que confrontem as estruturas da masculinidade.

Palavras-chave: Educação; Gêneros; Sexualidades; Violência doméstica.

ABSTRACT: This article investigates the sociodemographic profile of Men Perpetrators of Domestic Violence (MPDV) through graphical analysis of their registration records in an educational group. Using data from service forms of an education group in Baixada Fluminense, we applied data visualization techniques to map variables such as age range, education level, professional occupation, marital status, and history of violence. Preliminary results reveal patterns in the composition of these subjects, with a predominance of men aged 30-45, low education, and precarious insertion in the labor market. The graphical analysis demonstrates correlations between cycles of intergenerational violence and recidivism, as well as exposes contradictions between the discourse of family provider and the socioeconomic reality. We propose that this methodological approach, which we call quantitative andrography, provides crucial support for challenging stereotypes about domestic violence; to guide specific public policies; and to support educational interventions that challenge the structures of masculinity.

Keywords: Education; Genders; Sexualities; Domestic violence.

¹ Professor Assistente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lotado no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (IAP-UERJ); Doutor em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: leandrosalesfjb@outlook.com

² Professor Substituto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lotado no IAP-UERJ. Mestrando em Educação pela UFRRJ. E-mail: ellyezercordeiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo representa um ponto de percurso metodológico e analítico; é aqui que os gráficos gerados a partir das fichas cadastrais dos HAV deixam de ser representações quantitativas e passam a expressões de trajetórias sociais, de trajetórias com subjetividades. Ao utilizar o verbo revelar, assumimos que os dados não falam por si. Eles precisam ser lidos, cruzados e interpretados. Os gráficos, por mais objetivos que pareçam, são construções que carregam escolhas metodológicas e teóricas. Cada linha, cada barra, cada porcentagem aponta para aspectos da vida desses homens, suas idades, escolaridades, vínculos familiares, ocupações, reincidências.

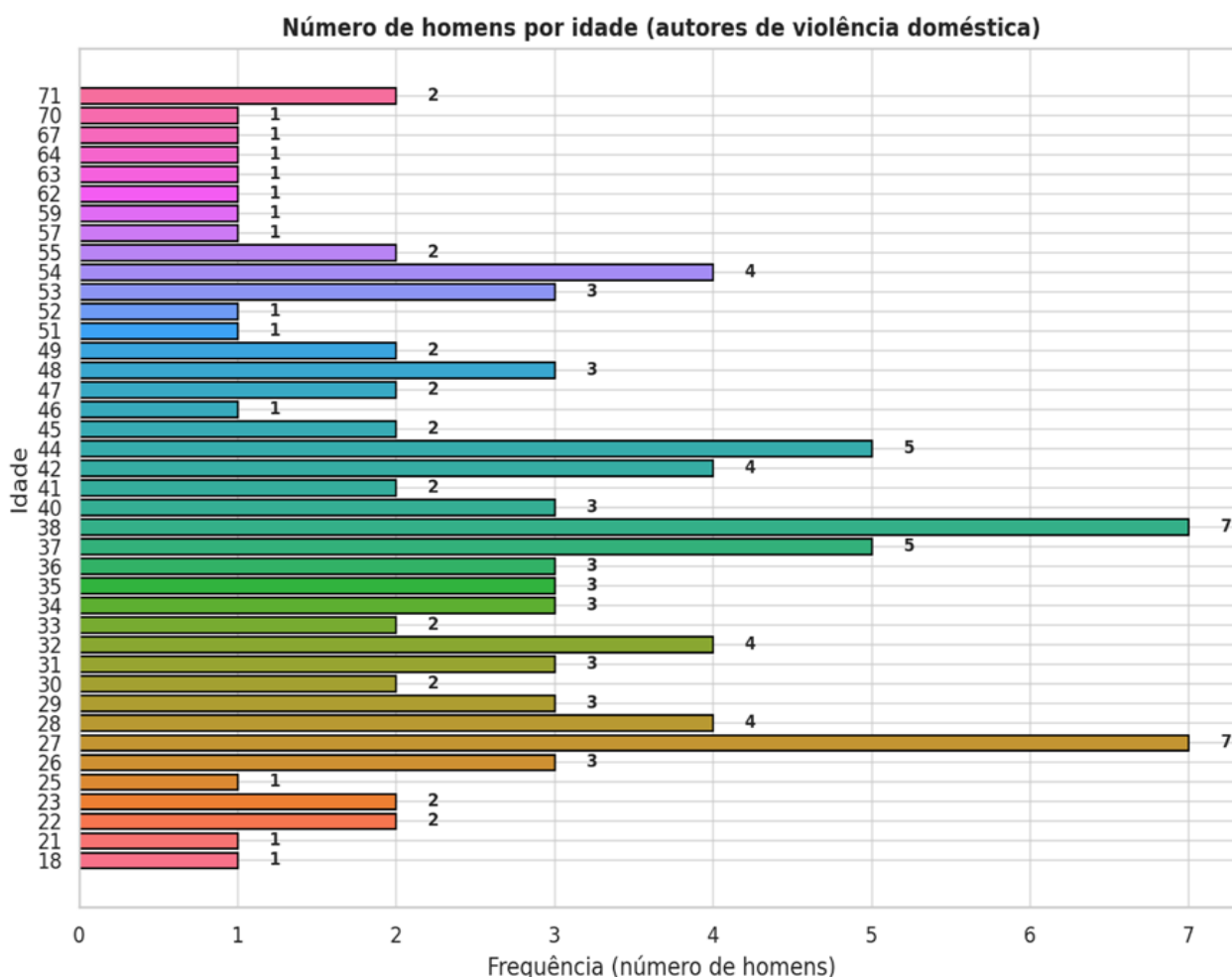
A palavra homens no título é usada por nós para além do sujeito biológico ou jurídico, abarcando o sujeito social, histórico. São homens que ocupam posições específicas na estrutura social, que performam masculinidades diversas e que se relacionam com a violência de formas que precisam ser compreendidas em profundidade. Ao revelar esses homens, buscamos compreender quem são, como se constituem, como se posicionam diante da responsabilização e como suas trajetórias se entrelaçam com práticas violentas. A dimensão das trajetórias é central neste artigo. Os dados não são estáticos; eles contam histórias. Cada ficha cadastral é uma trajetória marcada por rupturas, vínculos, ausências, conflitos e tentativas de reconstrução. Daí, essa palavra não poderia faltar no título que demos. Sobre a escolha da última palavra, interações, ela está ali porque aponta para a dimensão relacional da violência. A violência doméstica não ocorre no vazio; ela é sempre uma prática situada em relações. Ao revelar as interações, estamos interessados em compreender como esses homens se relacionam com suas parceiras, com seus filhos, com os profissionais do serviço, com o sistema de justiça, sobretudo com a religião, e consigo mesmos.

Como estudantes de Letras apaixonados pela Língua Portuguesa (ou mesmo pela Língua Brasileira), afirmamos que a semântica e a filologia são pilares inegociáveis no modo como enxergamos o mundo e, por consequência, a pesquisa. A semântica nos ensina que nenhuma palavra é neutra, que cada termo carrega camadas de sentido, intenções, deslocamentos. É por meio dela que aprendemos a escavar os significados, a compreender os discursos além do simplesmente pelo que dizem, mas pelo que tentam esconder. Já a

filologia nos lembra que todo texto é um corpo histórico, atravessado por tempo, cultura, autoria e materialidade. Ela nos obriga a respeitar o texto em sua origem, em sua estrutura e em sua transformação. Essas duas áreas são ferramentas analíticas, são lentes pelas quais interpretamos os dados, os documentos, os discursos e até os gráficos de nossa pesquisa. Quando olhamos para uma ficha cadastral, por exemplo, não vemos campos preenchidos, vemos escolhas lexicais, omissões sintáticas, marcas de poder. Após esses preâmbulos, vamos ao primeiro gráfico...

1. Mergulhando nos dados contidos nas fichas cadastrais dos homens autores de violência doméstica

Gráfico 1 – idade dos autores de violência – n=100



Fonte: elaboração dos autores.

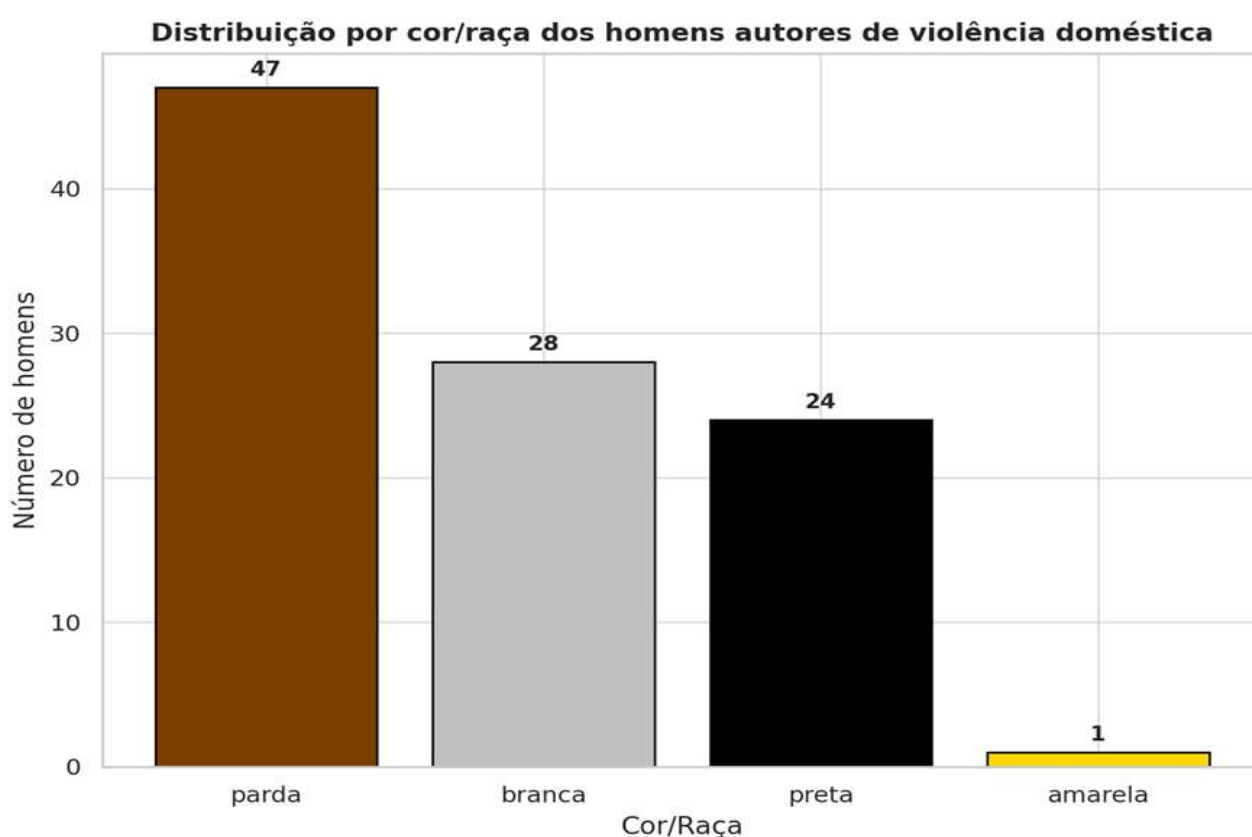
O gráfico apresenta a distribuição etária de 100 homens autores de violência doméstica (HAV), revelando uma concentração supina na faixa dos 30 aos 45 anos. Essa curva, com seu pico nesse intervalo, indica que a maior parte dos casos registrados envolve homens em plena fase adulta, geralmente já inseridos em relações conjugais estáveis ou em processo de ruptura. A densidade da curva reforça essa concentração, mostrando que essa faixa etária é numericamente predominante. Esse dado não é neutro. Ele aponta para um momento específico da vida masculina em que diversas pressões sociais convergem: expectativas de desempenho profissional, consolidação de vínculos familiares, paternidade, e a manutenção de uma identidade masculina tradicionalmente viril. É justamente nesse entrecruzamento que muitos homens, diante de frustrações, conflitos ou ameaças à sua “autoridade”, recorrem à violência como forma de reafirmação de poder. A violência, nesse contexto, é uma resposta socialmente aprendida e culturalmente tolerada em certos círculos.

À medida que a idade avança, observa-se uma queda gradual na frequência de autores, o que pode indicar dois movimentos distintos: 1) por um lado, a diminuição da convivência conjugal em idades mais avançadas; 2) a possível internalização de outras formas de lidar com conflitos. No entanto, essa queda não significa ausência de violência, mas talvez uma mudança na sua forma de expressão ou na sua visibilidade institucional. A presença de autores de violência em faixas etárias mais jovens, entre 18 e 25 anos, também merece atenção. Embora menos frequente, ela revela que a violência já se manifesta precocemente, muitas vezes em relações marcadas por imaturidade emocional, ausência de modelos saudáveis de masculinidade e reprodução de padrões familiares violentos. É justamente esse desejo de plenitude relacional que, quando frustrado ou ameaçado, pode se converter em práticas violentas, especialmente em contextos onde a masculinidade é construída sobre pilares de controle, posse e autoridade.

Essa articulação entre os dados da nossa pesquisa e os de uma enquête publicada, nos permite afirmar que muitos dos homens que cometem violência doméstica não o fazem apenas por impulsos momentâneos; o fazem como resposta a uma ruptura. Ou seja, o fracasso de um projeto afetivo idealizado. A violência emerge então como uma tentativa de restaurar uma ordem emocional que se vê desestabilizada. O desejo de “felizes para sempre” se transforma em cobrança, vigilância e, em casos extremos, agressão. A faixa etária predominante entre os HAV não é aleatória, ela coincide com um momento da vida em que

o homem está atravessado por pressões sociais, afetivas e identitárias. E é nessa encruzilhada que a violência se instala como linguagem, como resposta e como sintoma. Não podemos ignorar que a pressão por casar, viver junto para sempre e construir uma família de caráter eterno tem raízes profundas na tradição religiosa, especialmente na forma como o casamento foi historicamente interpretado de maneira dogmática e normativa. Vamos ao segundo gráfico:

Gráfico 2 – Cor/Raça dos HAV – n= 100



Fonte: elaboração dos autores.

Ao observar a distribuição racial dos HAV, representada no gráfico, percebemos que os dados são políticos e históricos. O fato de a maior parte dos casos recair sobre homens que se autodeclaram pardos e pretos não pode ser lido de forma descontextualizada, como se fosse uma simples estatística demográfica. Assumindo uma perspectiva crítica, percebemos que esse dado carrega em si a herança estrutural do racismo brasileiro, em que determinados grupos raciais foram historicamente empurrados para condições sociais e

econômicas de vulnerabilidade, que se refletem também nas formas de exercício e expressão da masculinidade. Na condição de pesquisadores que analisam a intersecção entre gênero, raça e violência, não podemos desconsiderar que a categoria parda, tão amplamente utilizada nas classificações do gráfico, é ela própria uma produção ideológica do Estado brasileiro, inscrita no mito da democracia racial.

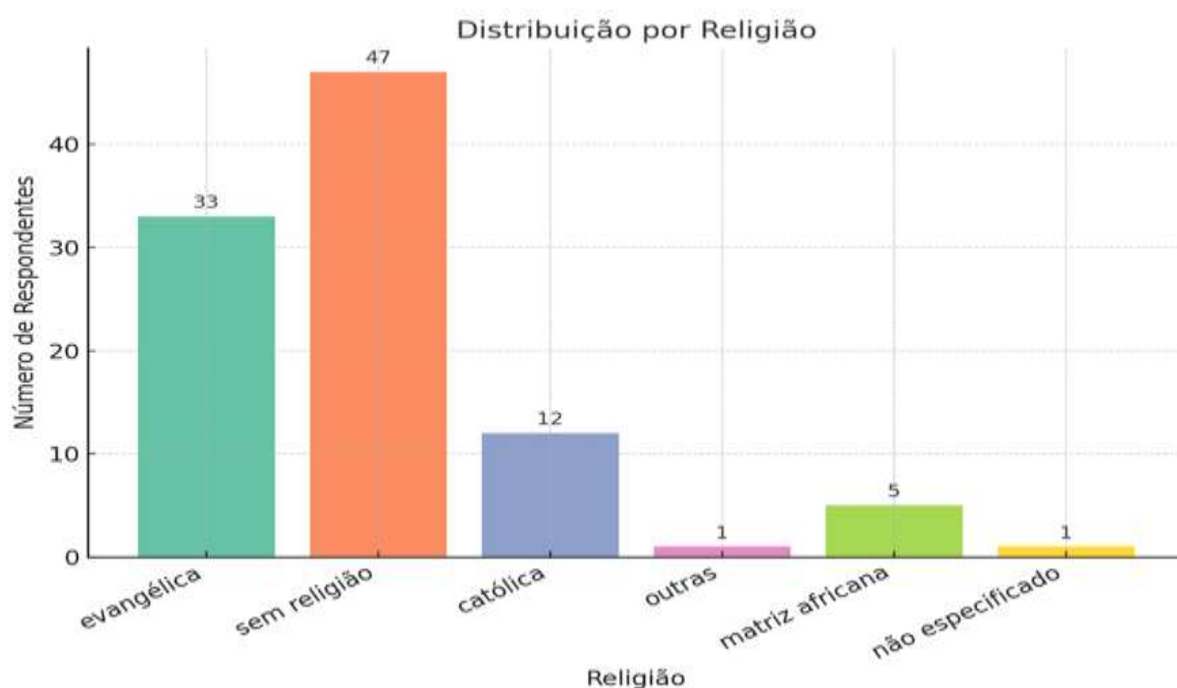
Essa tipologia racial última mencionada dilui a negritude e encobre a violência sofrida por sujeitos que, em muitos contextos sociais, são tratados como negros. Quando lemos que mais da metade dos autores de violência doméstica são pardos, lemos também o apagamento histórico de uma identidade negra que foi sistematicamente silenciada e que, de alguma maneira, sem querer desresponsabilizá-los, se valeu de um machismo, tal qual o homem branco, para se afirmar enquanto sujeito de poder sobre alguém. Vamos trazer uma citação importante para teorizar ao/à leitor/a como isso ocorre na prática. Para bell hooks (2019, p. 164):

Historicamente, a linguagem utilizada para descrever como os homens são vitimizados na sociedade racista é sexualizada. Quando palavras como castração, emasculação e impotência são comumente usadas para descrever a natureza do sofrimento dos homens negros, cria-se uma prática discursiva que conecta a libertação dos homens negros à conquista do direito de participar plenamente do patriarcado. Por trás dessa pressuposição, há a ideia de que as mulheres negras que não estão dispostas a ajudar os homens negros em seus esforços para se tornarem patriarcas são "o inimigo". Essa assistência ocorreria quando as mulheres negras optassem conscientemente por se subordinar, tornando-se a mulher por trás do homem. No início dos anos 1970, algumas mulheres negras acharam que poderiam reparar os danos causados aos homens negros na sociedade racista optando por reprimir seu próprio avanço na sociedade, assumindo um papel secundário, coadjuvante; elas se viram em relacionamentos nos quais os homens negros exerciam poder de maneira dominadora e coercitiva. O fato de as mulheres negras estarem dispostas a assumir uma posição subordinada não transformou a violência ou a agressividade masculina. No fim das contas, essas mulheres negras sentiam que estavam em uma situação "impossível de vencer".

Bem, a partir da leitura do trecho, constatamos que a linguagem historicamente utilizada para descrever a vitimização dos homens negros em uma sociedade racista e sexualizada é fruto de uma construção discursiva enraizada na lógica do patriarcado. Termos como castração, emasculação e impotência não são metáforas; são dispositivos que vão articulando o sofrimento masculino negro à perda de um poder que, por definição, é

masculino e dominador. Essa linguagem ideológica que vaza denuncia a violência do racismo, insinua que a libertação do homem negro estaria condicionada à sua reintegração plena na ordem patriarcal como se o antídoto à opressão fosse a capacidade de exercer mais dominação. Essa lógica é perversa, pois desloca o foco da emancipação coletiva para uma restauração do poder masculino. Nesse processo, as mulheres negras são convocadas a desempenhar um papel de suporte, de sacrifício silencioso. A ideia de que a mulher negra que não se submete ao projeto de reconstrução da masculinidade negra é “o inimigo” revela o quanto o patriarcado se infiltra até mesmo nas lutas antirracistas. A expectativa de que essas mulheres se tornem “a mulher por trás do homem” é uma exigência de submissão e de apagamento, sendo renúncia à própria agência, podemos assim dizer. Vamos ao terceiro gráfico:

Gráfico 3 – Religião dos HAV



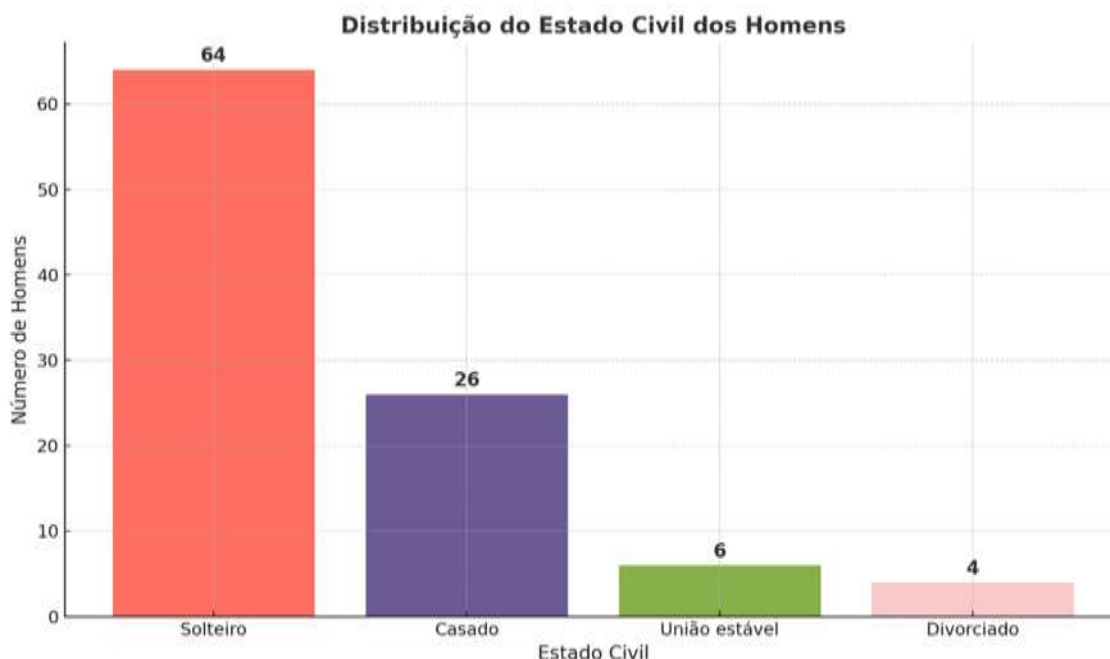
Fonte: elaboração dos autores.

No gráfico acima, a maior parte dos HAV se declara “sem religião”, seguida por uma expressiva parcela evangélica e católica. À primeira vista, esses dados parecem uma cartografia espiritual da masculinidade em crise. A ausência de religião não significa ausência de crença, muitas vezes, é ausência de pertencimento, de comunidade. E mesmo

entre os que se declaram religiosos, há uma dissociação entre o discurso espiritual e a prática afetiva. A fé, que poderia ser espaço de cura, se torna pelo que vemos nos números instrumento de controle, reforço de papéis de gênero rígidos. Martelando um pouco mais os dados relevados, a maioria dos HAV se declarando como “sem religião”, somos levados a questionar a leitura comum de que a religiosidade funciona como contenção moral ou freio ético. Essa ideia, embora difundida, não se sustenta diante da realidade porque o gráfico mostra que também há uma presença significativa de homens evangélicos e católicos entre os autores. Isso nos obriga a abandonar a suposição de que a fé, por si só, produz sujeitos menos violentos. O que emerge, então, é a necessidade de pensar a religião não como essência, mas como prática social e sobretudo como linguagem que pode tanto legitimar quanto questionar a violência.

O que esses homens têm em comum sendo eles religiosos ou não é a posição em uma cultura patriarcal que os ensina a associar masculinidade à dominação. A religião, nesse sentido, não é um antídoto à violência, ela pode ser, e muitas vezes é, uma ferramenta de reforço da autoridade masculina. O homem que bate pode ser aquele que nunca pisou numa igreja, todavia pode ser aquele que lidera cultos, que ora em voz alta, que cita versículos para justificar o controle sobre sua companheira. A ausência de religião não significa ausência de moral, assim como a presença de religião não garante ética. A religião, quando presente, tal qual vista no gráfico, nos parece funcionar como escudo não contra a violência, mas contra a responsabilização. O homem religioso, ao se ver como “escolhido”, “ungido”, “cabeça do lar”, pode interpretar qualquer contestação como ameaça à ordem divina. E o homem sem religião, por outro lado, pode se sentir ainda mais desamparado, sem vocabulário para nomear sua experiência. Mas ambos compartilham algo mais profundo que pensamos ser a ausência de espaços onde a masculinidade possa ser vivida fora da lógica da imposição. Assim, vamos ao gráfico 4:

Gráfico 4 - Estado civil dos HAV após a autoria de violência contra suas companheiras - n=100



Fonte: elaboração dos autores.

O gráfico que temos nos revela o estado civil dos HAV após o cometimento do ato. A maioria esmagadora, 64%, permanece ou retorna à condição de solteiro. Em seguida, 26% continuam casados, enquanto uma parcela menor, abaixo de 10%, está em união estável ou divorciada. Esses dados são reveladores de uma dinâmica relacional que funciona como expressão de uma estrutura afetiva anterior ao ato. O que nos interessa aqui não é repetir a narrativa da solidão como punição ou da dominação como causa. O que supina desse gráfico é uma espécie de descontinuidade afetiva porque esses homens, em sua maioria, perdem vínculos após a violência, eles já vinham de vínculos frágeis, instáveis ou instrumentalizados. O alto índice de solteiros é, portanto, resultado da ruptura, da inabilidade de sustentar relações que não sejam pautadas pela funcionalidade ou pela conveniência. Muitos desses homens não estavam em relações que envolviam escuta, reciprocidade ou construção conjunta. Estavam em arranjos onde o vínculo era contrato tácito de poder. E quando esse contrato foi quebrado, seja pela denúncia, pela resistência da mulher, ou pela intervenção institucional, o vínculo não se reconstruiu, porque ele nunca foi verdadeiramente tecido.

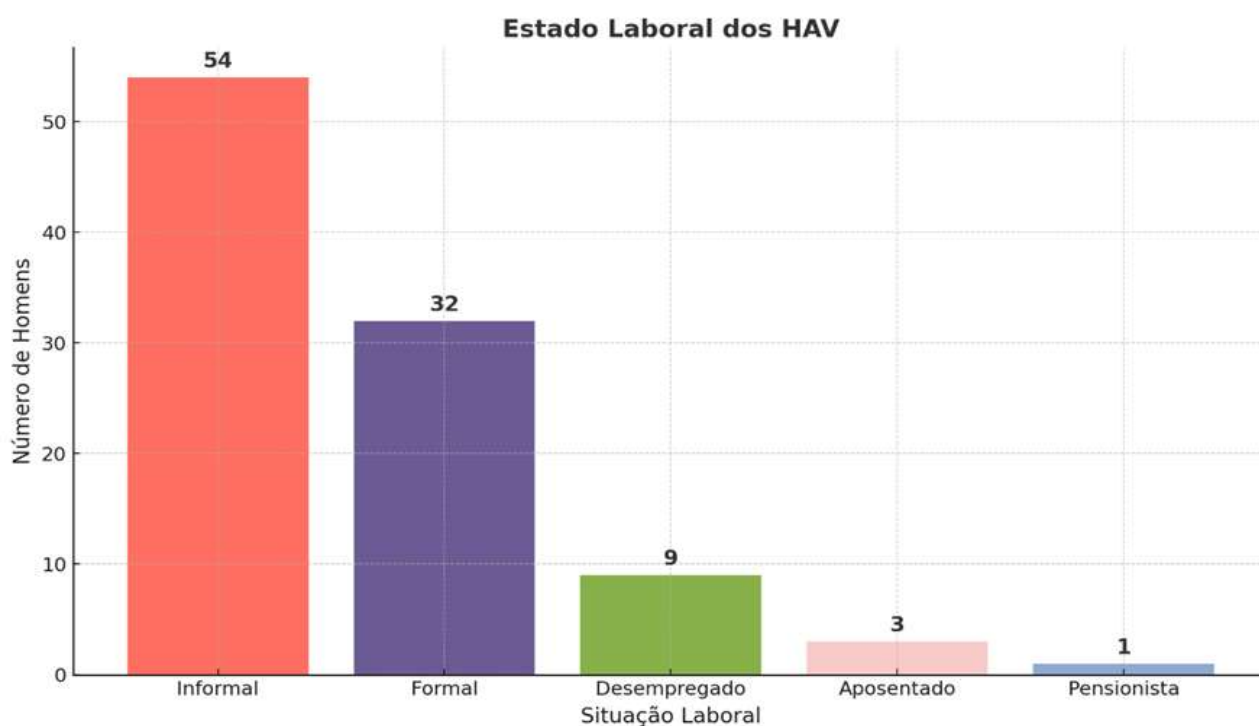
Vamos observar que a maioria dos HAV permanece ou retorna à condição de solteiro, não podemos deixar de enxergar que esse dado inaugura um novo ciclo de vulnerabilidade. Isso acontece porque os filhos que ficam se veem no meio da briga dos genitores. O

rompimento conjugal é o início de uma nova configuração de violência, agora mediada pelo abandono e pela judicialização da paternidade.

2. DA DEMOGRAFIA AOS DADOS FINANCEIROS DO GRUPO

O homem que agride e se afasta deixa para trás não apenas uma mulher marcada; ele deixa, por muitas vezes, crianças que passam a viver sob o peso de uma ausência. E essa ausência é carregada de consequências materiais e subjetivas. Vamos ao próximo gráfico dito estas palavras:

Gráfico 5 – Estado profissional dos HAV – n=100



Fonte: elaboração dos autores.

O gráfico que trazemos ao/à leitor/a revela uma predominância estarrecedora da informalidade laboral entre os HAV, ultrapassando a marca dos 50%. Este dado ao nosso ver é salpique de uma experiência social precarizada, onde o trabalho informal ajuda a desorganizar a vida material do indivíduo. A informalidade, provocando sentidos, é a erosão do pertencimento institucional, a dissolução do sujeito em um limbo jurídico e moral. O homem que transita nesse espectro laboral é, muitas vezes, aquele que se vê desprovido de

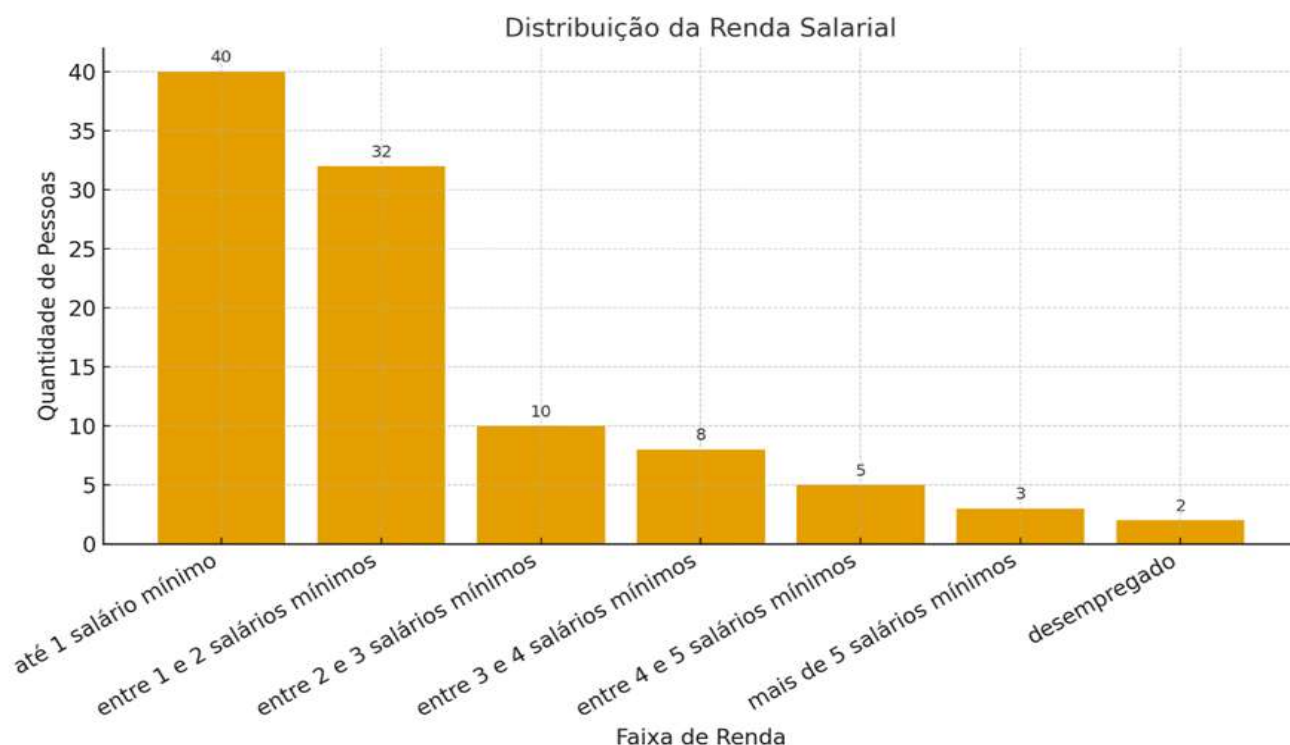
reconhecimento estatal, de estabilidade econômica e de horizonte existencial. A violência que ele perpetra no espaço doméstico poderia ser como uma tentativa torpe de reafirmação, num mundo que o expropriou de quase tudo, só não o expropriou da força bruta. Dessa maneira, para Heinz Dieter Heidemann, Carlos de Almeida Toledo, e Cássio Arruda Boechat (2014, p. 5):

Numa medida, todos procedemos socialmente como personificações do capital, o que não anula, mas explica, a existência de desiguais apropriações desse e de posições sociais diferenciadas. A miséria da vida cotidiana não evita que os que nela se encontram tenham que se mediar socialmente acessando dinheiro e mercadorias. Essa condição, hoje em vias de generalização, resulta de um processo. A variedade de trabalhos remete à variedade de mercadorias deles decorrentes, mas também à variedade de necessidades de uma sociedade complexificada. A concepção de tão diversas atividades concretas sob a qualidade de trabalho representa o seu caráter abstrato. Essa abstração real reitera-se como violência que força ao trabalho e que exige a troca constante de tempo de vida por ganhos monetarizados, fundamento fetichista do valor nessa sociedade. Enquanto a atividade se espreme na camisa de força do trabalho, essa mesma moldura se reproduz enquanto forma social, postulando a validade social de atividades das mais diversas. No limite, porém, essa validade só é efetiva quando representa para o trabalhador o recebimento do salário, ou, de outro ponto de vista, quando permite a obtenção do lucro, direta ou indiretamente pela exploração do trabalho alheio.

Resolvemos arrolar esse trecho dos autores anteriormente mencionados porque a ideia de que todos procedemos como personificações do capital é real. O gráfico, ao expor a predominância da informalidade entre os HAV, aponta para uma condição de trabalho precária que se faz numa forma moldada pela lógica da mercadoria. O homem informal, um trabalhador sem direitos, é um sujeito cuja vida é mediada pela necessidade de converter tempo em dinheiro, sob o jugo da abstração real do trabalho. Essa abstração, como bem pontuado no trecho força o indivíduo a se submeter a atividades que, embora diversas em sua concretude, só adquirem validade social quando monetarizadas. Aqui, temos de forma muito clara, a nosso ver, a perspectiva da dialética da razão instrumental. O sujeito masculino, moldado pela lógica da equivalência, internaliza a racionalidade da dominação e a aplica aos vínculos afetivos. A mulher passa à conversão da função, ela deve servir, calar, obedecer. Quando essa função falha, o sujeito reage com violência não por falta de recursos, mas por excesso de certeza dita ontológica. Tomemos o exemplo do homem que atua como Microempreendedor Individual (MEI), vendendo produtos em plataformas digitais. Ele não

possui vínculo empregatício, não tem garantias, vive sob constante ameaça de insolvência. No entanto, em casa, exige obediência. Ele não é vítima do sistema? Não! Ele é seu executor doméstico. A violência que perpetra não é reação, ela é projeto em que ele reproduz, em escala íntima, a lógica da exploração que vive na rua.

Gráfico 6 – Renda mensal dos HAV – n=100



Fonte: elaboração dos autores.

Caminhando com nosso debate, vamos à análise de mais um gráfico, agora, ainda mais cirúrgico, revelando para nós a renda real desses HAV. A incursão nesse dado se dá porque nos permite tensionar, com maior precisão teórica, a relação entre posição econômica e prática violenta, sem cair nos reducionismos que já criticamos anteriormente. A renda, enquanto categoria analítica, mostra-se como expressão monetária da força de trabalho. Ela é, sobretudo, um índice da capacidade de circulação material do sujeito dentro da totalidade capitalista. Ao observarmos que grande parte desses homens se encontra em faixas de renda baixas ou instáveis, não devemos concluir que a violência é fruto da pobreza,

devemos antes disso observar que certas formas de masculinidade se reproduzem com maior intensidade em contextos onde o poder simbólico precisa ser consolidado por outras vias.

O gráfico apresentado em composição visual, implica os atravessamentos sociais que sustentam práticas violentas no âmbito doméstico. Observa-se que a maioria dos indivíduos enquadrados nessa categoria encontra-se nas faixas mais baixas de rendimento, 40 pessoas recebem até um salário mínimo, enquanto outras 32 situam-se entre um e dois salários mínimos. Esse dado aponta para uma sobreposição entre precariedade material e práticas de dominação, sugerindo que a violência se verifica, pelo menos no plano rastreável, com maior visibilidade entre a população com menor poder aquisitivo. Cabe mencionarmos que os trabalhadores que ganham de 1 até 2 salários mínimos são os perfis em ascensão que figuram nas pesquisas brasileiras de renda bruta mensal. De acordo com estudo realizado em 2024 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a maioria dos trabalhadores brasileiros ganham entre 1 e 2 salários mínimos:

Os dados dos rendimentos do trabalho do primeiro trimestre de 2024 apresentaram uma nova elevação em relação ao trimestre anterior, consolidando o aumento da renda no segundo semestre de 2023, após relativa estabilidade ao longo do primeiro. Como mostra o gráfico 1, 2022 foi um ano de recuperação da renda após a forte queda em 2021, tendo em vista as altas taxas de crescimento da renda na comparação interanual. O primeiro semestre de 2023 mostrou uma renda média estável e, portanto, desaceleração das elevadas taxas de crescimento interanuais até então observadas. As rendas médias do primeiro trimestre de 2023 atingiram R\$ 3.017,00 (em reais de março de 2024), somente 0,6% acima da renda do quarto trimestre de 2022. No primeiro trimestre de 2024, a renda habitual média subiu para R\$ 3.137,00, registrando aumento de 1,5% em relação ao trimestre anterior e de 4,0% na comparação interanual. Já no trimestre móvel terminado em abril de 2024, a renda média alcançou R\$ 3.151,00, representando aumento interanual de 4,7%. (IPEA, 2024, p. 2).

A leitura dos dados apresentados pelo IPEA (2024), que apontam uma renda habitual média de R\$ 3.151,00 no trimestre móvel encerrado em abril de 2024, pode sugerir-nos, à primeira vista, um cenário de recuperação econômica e estabilidade. Todavia, quando essa renda é submetida à lente da renda per capita, ou seja, dividida entre os membros de uma unidade familiar, o retrato que se faz é substancialmente distinto, indicando os limites da média como indicador de bem-estar, tanto do trabalhador quanto de seus dependentes. Tomemos como exemplo um arranjo familiar composto por quatro pessoas, em que temos

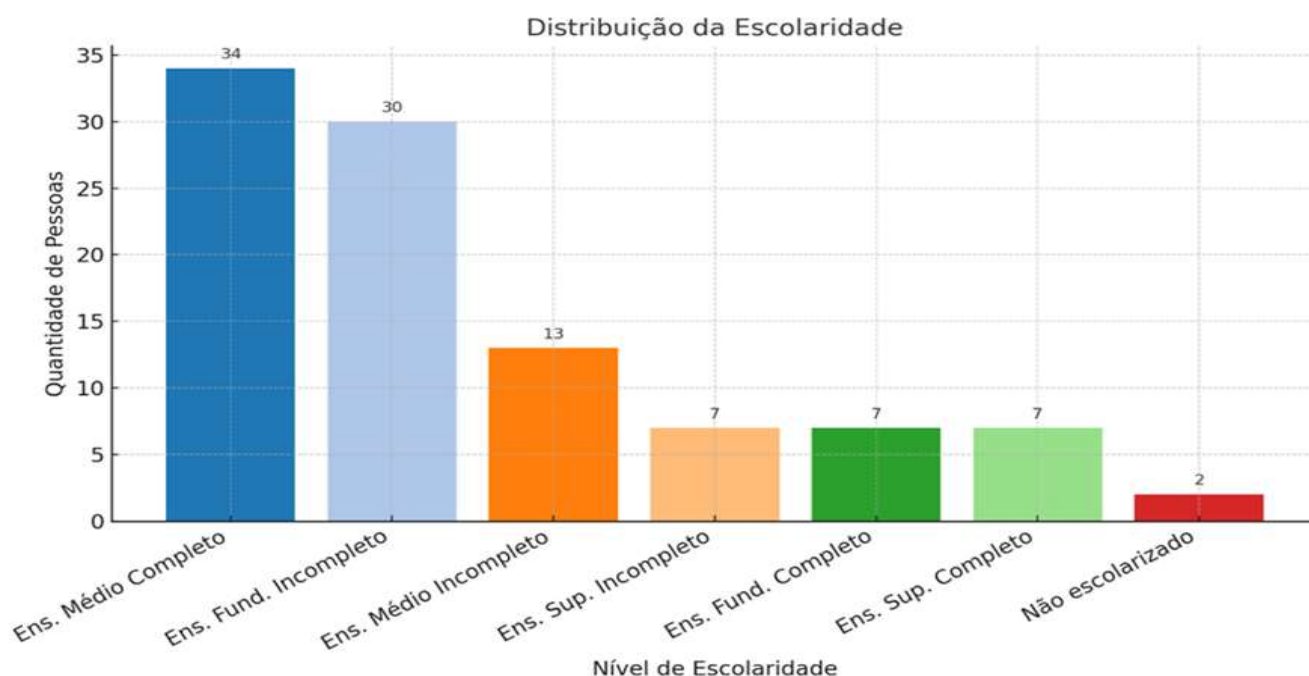
dois adultos e duas crianças. Nesse caso, a renda per capita seria de aproximadamente R\$ 787,75. Esse valor, embora acima da linha de pobreza extrema, permanece insuficiente para garantir acesso pleno a direitos básicos como alimentação adequada, moradia digna, transporte, educação e saúde. Em um segundo arranjo, com cinco membros, incluindo aqui um idoso dependente, a renda per capita cairia para R\$ 630,20, aproximando-se perigosamente da linha de vulnerabilidade social.

Mesmo em arranjos considerados menores, como uma família monoparental com dois filhos, a renda per capita seria de R\$ 1.050,33, valor que, embora mais expressivo, ainda não contemplaria os custos crescentes de vida urbana, sobretudo em regiões metropolitanas como as do Rio de Janeiro, local de nosso estudo. A média, portanto, esconde desigualdades e não dá conta da heterogeneidade dos arranjos familiares brasileiros, que incluem desde famílias extensas até composições com múltiplas dependências econômicas. Além disso, é preciso considerar que essa renda média é impactada por segmentos com rendimentos muito superiores, o que distorce a percepção da realidade vivida pela maioria da população. Como já demonstrado em nossa pesquisa, pelo menos 32 dos trabalhadores formais recebem até dois salários mínimos, o que equivale a R\$ 2.824,00, valor inferior à média nacional e ainda mais crítico quando dividido entre os membros da família como já demonstrado.

3. DA ECONOMIA DOS SUJEITOS AO BANCO ESCOLAR

Em termos econômicos, a renda domiciliar é compreendida como fluxo monetário e ao mesmo tempo como instrumento de sustentação da reprodução social. Quando se observa que 40 indivíduos autores de violência doméstica recebem até um salário mínimo e outros 32 entre um e dois salários, torna-se evidente que o poder aquisitivo per capita nesses lares é severamente comprometido. A insuficiência de recursos frente à demanda de consumo coletivo como alimentação, moradia, transporte, educação, saúde vão gerando um ambiente de escassez que talvez contribua para as relações interpessoais e potencializa conflitos entre os membros da família. Por isso, acreditamos que pensar a violência doméstica sem considerar a estrutura de renda e os arranjos familiares é incorrer em uma análise superficial dos fatos.

Gráfico 7 – A escolaridade dos HAV – n=100



Fonte: elaboração dos autores.

O gráfico 7, ao apresentar a distribuição dos níveis de instrução formal, permite uma leitura bastante interessante sobre o capital educacional disponível entre os sujeitos analisados, evidenciando a persistência de um padrão de baixa escolarização. Dos 100 indivíduos considerados, 34 possuem ensino médio completo, o que representa 34% da amostra. Esse número em nada sugere um avanço em relação ao acesso à educação básica, ele não pode ser interpretado como indicador de qualificação efetiva para o mercado de trabalho ou para o exercício pleno da cidadania. O ensino médio, tal qual sabemos hoje, é concluído em condições precárias, com lacunas significativas na formação do indivíduo limitando-o a capacidade de inserção produtiva e de mobilidade social. Sempre me questiono: o Ensino Médio é entendido como ensino básico para quem e para quê? Para manusear uma máquina? Ou para auxiliar no trato social e na diminuição das desigualdades? Como denunciam as pesquisadoras Paula Candido Cunha, Martina Bruxel e Gabriela da Silva (2021, p. 110):

Há de se considerar ainda que no cotidiano e no contexto social em que vivemos, o classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia, bifobia, transfobia, entre outros movimentos discriminatórios, refletem no ambiente escolar através de discursos, gestos, intercorrências, hierarquias de maneira diretamente relacionada. A escola é um espaço onde se legitimam os parâmetros da heteronormatividade. Nela a heterossexualidade hegemônica e obrigatória torna-se o principal sustentáculo da heteronormatividade, desencadeando o heterossexismo e homofobia, tornando o ambiente escolar hostil, instaurando um regime de controle e vigilância não só da conduta sexual, mas também das expressões e das identidades de gênero, como também das identidades raciais, o que acaba sendo problemático, uma vez que a/o adolescente se encontra em fase de autodescobrimento de identidade, experimentação e necessidade de se pertencer ou “encaixar” a um determinado grupo.

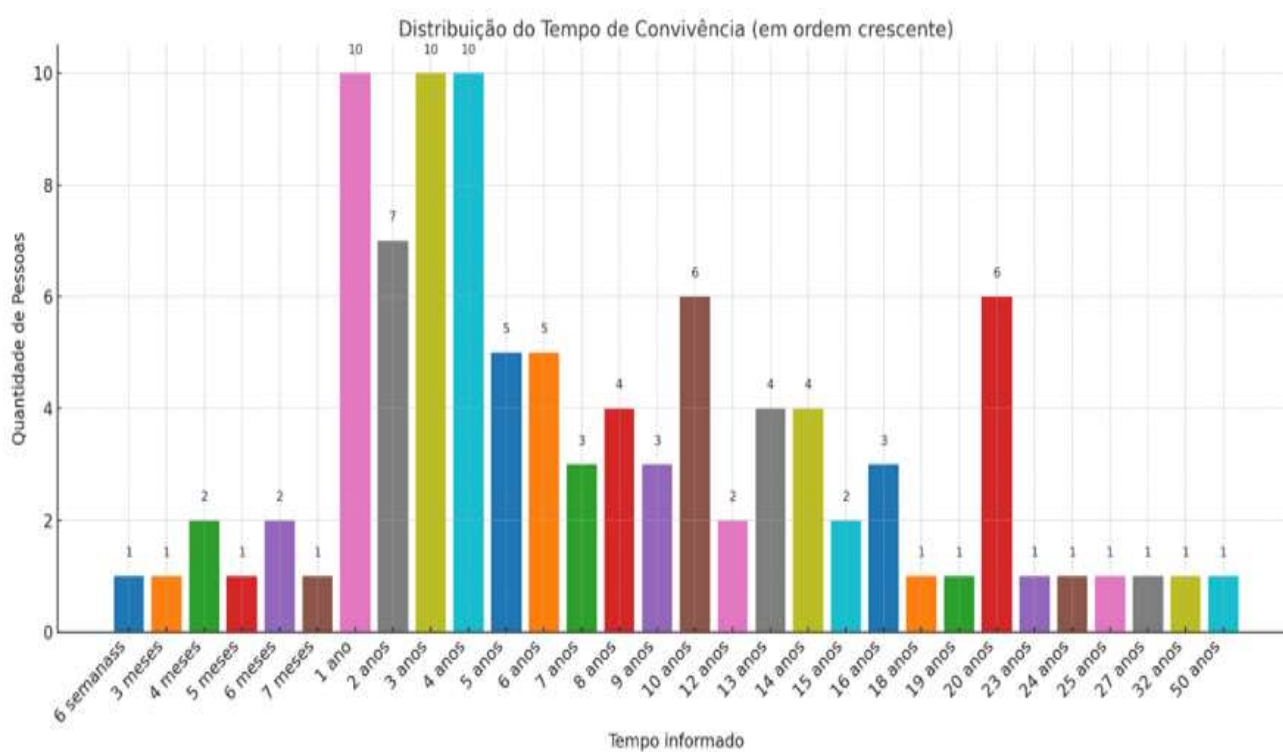
Portanto, vê-se que, em muitos casos, ter o ensino médio tal qual como o temos hoje, sem uma diretriz para o trabalho com gêneros e sexualidades no currículo escolar, às vezes, é praticamente igual, ou similar, ao patamar das pessoas com ensino fundamental ou não escolarizadas. Continuando nosso diálogo com o gráfico 7, a segunda maior parcela é composta por indivíduos com ensino fundamental incompleto, totalizando 30 pessoas, ou seja, 30% da amostra. Esse dado é desconfortante, porque indica que quase um terço dos sujeitos não concluiu sequer o ciclo básico da educação formal. A incompletude do ensino fundamental está diretamente associada à evasão escolar precoce, à inserção precoce no mercado informal e à exposição a contextos de vulnerabilidade social. Trata-se de um contingente que, em geral, não acessa políticas públicas de qualificação profissional e permanece à margem dos processos de inclusão produtiva. Outros 13 indivíduos possuem ensino médio incompleto, o que corresponde a 13% do estudo. Esse grupo representa uma transição interrompida entre os ciclos educacionais, marcada por descontinuidades. A interrupção do ensino médio, com toda certeza, compromete o acesso ao ensino superior, compromete a construção de competências cognitivas e socioemocionais fundamentais para a resolução não violenta de conflitos. Nós, vindo de contextos marginalizados da Baixada Fluminense, lembramo-nos que, quando éramos crianças, sempre tínhamos a percepção de que “pobre” resolvia tudo com muita violência. Nós víamos muitas brigas ocorrerem em nosso bairro entre mulheres e homens, e notávamos que, em lugares mais ricos, como o Centro do Rio de Janeiro etc., havia outras formas, na maior parte das vezes, de resolver as

coisas. Lendo o gráfico, retomamos essa experiência para notar que o problema não era ser rico ou pobre, mas ter acesso a uma formação educacional digna ou não.

Os dados referentes ao ensino superior são ainda mais instigadores da desigualdade educacional da qual relatamos em consonância com os números trazidos. Apenas 7 indivíduos possuem ensino superior incompleto e outros 7 concluíram o ensino superior, totalizando 14%, portanto. Esse número fala pra nós da baixa penetração da educação superior entre os sujeitos analisados, reforçando a tese de que a violência doméstica está fortemente correlacionada com a ausência de capital educacional e com a limitação de percursos profícuos profissionais e culturais. Ainda em tempo, 7 indivíduos possuem ensino fundamental completo, o que representa 7% da amostra, e apenas 2 não possuem qualquer escolarização formal, correspondendo a 2%. Embora numericamente menos expressivos, esses dois últimos grupos são metonímicos da persistência de bolsões de exclusão educacional no país, que ainda não conseguiu universalizar o acesso à educação básica com qualidade. Isso tudo o que defendemos não é uma utopia de educação, mas é o que cada governo, seja ele de direita ou de esquerda, tenta sempre reafirmar.

Ao confeccionarmos o gráfico 8, notamos ao final com a visualização que há uma ampla variação nos tempos de convivência entre os HAV e suas companheiras, com registros que vão de apenas 6 semanas até 30, 50 anos. Essa dispersão temporal é relevante porque mostra que os conflitos não se restringem a relações longas ou curtas, mas se manifesta em diferentes estágios da convivência conjugal, claro que salvo cada proporção que analisaremos mais adiante. Os dados mostram que os períodos mais concentrados estão entre 1 e 3 anos de convivência. Especificamente, há 10 indivíduos que relataram convivência de um ano, outros 10 com 3 anos, e mais outros 10 com 4 anos. Esse agrupamento inicial, vai cerrando caminhos que dizem que os primeiros anos da relação são marcados por maior incidência de violência, o que pode estar relacionado a processos de adaptação, estabelecimento de dinâmicas de poder. A partir do quarto ano, observa-se uma queda gradual na frequência, com 3 indivíduos em 7 anos, 2 em 12 anos, e números ainda menores nos anos subsequentes. No entanto, há picos pontuais em períodos mais longos, como 6 pessoas com 10 anos de convivência, o que indica que a violência também pode se perpetuar em relações duradouras invisibilizadas por vínculos afetivos, dependência econômica ou normalização da agressão.

Gráfico 8 – Distribuição do tempo de convivência com as vítimas – n=100



Fonte: elaboração dos autores.

Os casos de convivência extremamente curta, como os de 6 semanas, 3 meses, 4 meses, 7 meses somam 8 indivíduos. Embora numericamente menos expressivos, esses indicam que a violência também emerge de forma precoce, mesmo antes da consolidação de vínculos estáveis. Isso desafia a ideia de que a violência doméstica é fruto exclusivo de relações desgastadas ou prolongadas. Por fim, os casos de convivência superior a 20 anos, incluindo registros de 25 e 32 anos, embora isolados, traduzem algo, que é a persistência da violência ao longo de décadas, o que levanta questões sobre a eficácia dos mecanismos de prevenção, denúncia e intervenção ao longo do tempo. Dialogando com os dados de nossa pesquisa sobre o tempo de convivência dos HAV com suas companheiras com os achados do estudo de Scott e Oliveira (2018), observamos pontos de convergência. Em nossa amostra, há uma concentração significativa de casos nos primeiros anos de convivência conjugal, com destaque para os períodos de um a três anos. No estudo de Scott e Oliveira (2018), que analisou 241 fichas de HAV em uma capital do Nordeste brasileiro, os/as autores/as também identificam que a maioria dos autores possuía vínculo afetivo com a vítima, embora não

tenham especificado com precisão o tempo de convivência em anos ou meses, o que fazemos nesta pesquisa visando contribuir com o debate. Ainda assim, os dados qualitativos apontam que a violência ocorreu em relações estáveis, muitas vezes marcadas por dependência emocional e econômica (Scott; Oliveira, 2018, p. 75). Essa constatação corrobora parcialmente nossos achados, ao indicar que o vínculo conjugal é um fator presente.

A persistência da violência em relações de longa duração e também em curta duração baliza perfeitamente a institucionalização do sofrimento, para a normalização da agressão como linguagem cotidiana, e para a fragilidade das redes de proteção que deveriam interromper o ciclo da violência. Sua ocorrência em vínculos breves concretiza rapidez com que se instauram padrões abusivos, sustentados por estruturas sociais que naturalizam o controle e a subjugação da mulher desde os primeiros contatos afetivos. Chegamos à conclusão de que a violência doméstica não é função direta do tempo de convivência, mas da qualidade das relações e da presença ou ausência de suporte, da interseccionalidade entre gênero, classe, raça e território, e da capacidade dos sujeitos de romper com modelos internalizados de dominação. O tempo, nesse caso, é apenas o veículo que esgarça a profundidade das fissuras, ocorrendo-as no momento em que ocorrer, pois cada qual possui o seu grau de surpresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido ao longo deste artigo permitiu trazer os dados empíricos à luz de conceitos forjados no diálogo com a teoria social e com as contradições históricas do Brasil. A recorrência da violência, embora se manifeste em diferentes intensidades e formatos, logicamente se põe além de mera reprodução automática do meio social. Ao contrário, os números revelam a insuficiência do determinismo sociológico, mostrando que, se muitos sujeitos não repetem a violência sofrida na infância, outros a produzem em novos contextos, o que modela um campo de forças marcado pela pluridirecionalidade da violência. Essa pluridirecionalidade explicita que a violência não se desloca em linha reta nem se explica pelo binômio causa e efeito; se ramifica em trajetórias individuais e coletivas. Ao lado disso, a presença do não-dito nos gráficos materializada nas

respostas classificadas como “sem informação” abarcou o peso da silencialidade, um regime de ocultação e contenção o qual atua como dispositivo de sua permanência.

A leitura dos dados permitiu a criação de conceitos que ultrapassam a gramática sociológica clássica e se afirmam como categorias para compreender a violência em sua densidade contemporânea. A zoificação mostra-se útil para nomear o processo pelo qual a vítima é reduzida a uma condição infra-humana, tratada como corpo-coisa ou pura função de descarga da fúria. Assumir essa categoria, evidencia-se que a violência não é uma operação de rebaixamento ontológico; no mesmo esteio, a monotipologia discursiva coercitiva da violência auxilia a identificar como os HAV, mesmo quando reconhecem a prática, tendem a enquadrá-la em narrativas únicas, quase sempre justificadas pela perda de controle, pela raiva ou pela traição. A coerção está no ato e na produção de discursos unificadores, que eliminam a pluralidade das motivações possíveis; voltemos à ideia de topoaniquilação, que nasceu como uma chave para compreender os deslocamentos da violência em relação ao espaço do corpo em si. Deixar de usá-la em nossos estudos seria uma perda valiosa de tematizar que o corpo possui uma geopolítica no jogo dos gêneros.

Essas categorias, forjadas como neologismos conceituais fruto assíduo destes estudantes das Letras e fiéis leitores da filologia crítica de Nietzsche, não são ornamentos linguísticos, foram pensadas para oferecer instrumentos para pensar a violência além do determinismo sociológico e da repetição descritiva. É insidioso lermos ano após anos análises de psicologismo vulgar, como já contra se argumentou.

REFERÊNCIAS

HOOKS, bell. ANSEIOS: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019.

SCOTT, Juliano Beck. GRUPOS REFLEXIVOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: limites e potencialidades. 2018. 141f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26621>. Acesso em: 27/08/2025.

OLIVEIRA, Juliana de. ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: retrato de um serviço. 2018. 124f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018. <http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/804>. Acesso em: 27/01/22.

SOUSA, Anderson Reis de et al. SER HOMEM COM DOENÇA FALCIFORME: discursos sobre adoecer e cuidar de si. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 34, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37689/actaape/2021AO03384>.. Acesso em: 12 out. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

CUNHA, Paula Candido; BRUXEL, Martina; SILVA, Gabriela da. ABORDAGEM DAS TEMÁTICAS DE SEXUALIDADES NA PRÁTICA ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO: limites e possibilidades. Cadernos de Gênero e Diversidade, Salvador, v. 7, n. 3, p. 109-133, jun./ago. 2021. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). PERFIL DO TRABALHADOR BRASILEIRO: evidências a partir da PNAD Contínua. Nota Técnica nº 18. Brasília: IPEA, jun. 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2025.

HEIDEMANN, H. D.; TOLEDO, C. DE A.; BOECHAT, C. A.. O TRABALHO NO BRASIL: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. Estudos Avançados, v. 28, n. 81, p. 55-67, maio 2014.